

LEITURAS

O Eucaliptal em Portugal – Impactes Ambientais e Investigação Científica

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Vários (coordenação: António Monteiro Alves, João Santos Pereira e João M. Neves Silva)
TÍTULO: O Eucaliptal em Portugal – Impactes Ambientais e Investigação Científica
EDITOR: ISA Press
TIPO DE DOCUMENTO: Livro
LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO:
https://www.researchgate.net/profile/Joao_Silva46/publication/236841428_O_Eucaliptal_em_Portugal_Impactes_Ambientais_e_Investigacao_Cientifica/links/5a4fa59d4585151ee284f234/O-Eucaliptal-em-Portugal-Impactes-Ambientais-e-Investigacao-Cientifica.pdf
IDIOMA: Português
NÚMERO DE PÁGINAS: 398
ANO DA EDIÇÃO: 2007

O livro “O Eucaliptal em Portugal- Impactes Ambientais e Investigação Científica” apresenta-nos, em 12 capítulos, temas tratados por vários especialistas, principalmente de instituições de ensino superior e da Estação Florestal Nacional, permitindo ficar a par da evolução mais recente da investigação relativa a esta espécie.

1. A introdução e a expansão do eucalipto em Portugal
2. A produtividade do eucaliptal
3. O melhoramento do eucalipto em Portugal
4. O eucaliptal e os recursos hídricos
5. As plantações de eucaliptos e o solo
6. Os impactes do eucaliptal na biodiversidade da vegetação sob coberto
7. Os impactes do eucaliptal na fauna selvagem
8. Agentes bióticos do eucalipto em Portugal
9. Exploração e silvicultura pós-fogo em eucaliptais
10. Impactes socioeconómicos da expansão do eucaliptal
11. A expansão do eucaliptal e as modificações das paisagens
12. Influência das alterações climáticas na cultura do eucalipto: cenários possíveis

Síntese

Lista de autores

Em cada capítulo encontramos ainda uma síntese e as respetivas referências bibliográficas.

No prefácio do livro, o Professor Fernando Oliveira Batista transcreve uma frase que atribui ao Professor António Monteiro Alves com o seguinte teor: os eucaliptos são «*plantas normais e*

decentes” relativamente às quais é preciso saber “onde, quanto e como devem ser utilizadas”» para concluir dizendo que: «Este livro contribui de modo relevante para este objetivo.»

O livro foca uma série de questões muito debatidas hoje em dia na nossa sociedade, embora nem sempre com o conhecimento e a informação adequados, pelo que esta obra de 2007, reunindo os contributos de 33 autores, todos eles investigadores que se debruçam sobre estas questões, ganha uma importância crescente, apesar de já terem passado 11 anos da sua publicação.

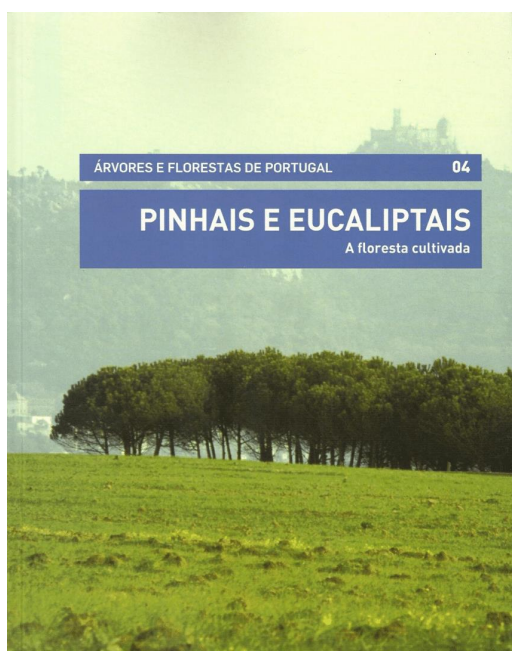
A sua leitura permitirá esclarecer dúvidas e ajudar a tomar opções de gestão que potenciem uma eficaz e conveniente utilização do eucalipto, espécie florestal com relevância no contexto nacional, não só pela expressão física que assume a sua distribuição pelo território, mas também no contexto da economia nacional.

Pinhais e eucaliptais – a floresta cultivada

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Vários (coordenação editorial: Joaquim Sande Silva)
TÍTULO: Pinhais e eucaliptais – a floresta cultivada
COLEÇÃO: Árvores e florestas de Portugal
EDITOR: Público, Comunicação Social, SA, Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Proteção da Natureza
TIPO DE DOCUMENTO: Livro
APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://www.publico.pt/2007/05/09/jornal/arvores-e-florestas-de-portugal-214020>
IDIOMA: Português
NÚMERO DE PÁGINAS: 283
DATA DA EDIÇÃO: maio de 2007



Em maio de 2007, foi publicada uma coleção de nove livros dedicados às *Árvores e Florestas de Portugal*, editados pelo Público, Comunicação Social, SA e pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, com o patrocínio do Banco Santander Totta, da Universidade Técnica de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia. A supervisão de conteúdos foi da responsabilidade da Liga para a Proteção da Natureza.

No contexto desta edição da CULTIVAR, fará sentido realçar em particular as matérias relacionadas com o eucalipto, abordadas no livro 4 da coleção, intitulado *Pinhais e eucaliptais – a floresta cultivada*, sobretudo

na sua Parte III – *Eucaliptais, os prós e os contra*, que apresenta a seguinte estrutura:

- *Introdução* – Joaquim Sande Silva
- *Introdução e expansão do eucalipto em Portugal* – Maria Carlos Radich
- *Uma espécie altamente produtiva* – João S. Pereira
- *Porquê cultivar o eucalipto?* – João Soares, Luís Leal, Paulo Canaveira, Francisco Goes e Armando Fialho
- *Os contra* – Joaquim Sande Silva, Eugénio Sequeira, Filipe Catry e Carlos Aguiar

O percurso profissional e o prestígio dos autores convidados são garantia da qualidade das abordagens, que refletem a controvérsia existente ainda hoje na discussão destas matérias. Embora

tenham passado cerca de 11 anos após a sua publicação, a generalidade dos capítulos mantém atualidade, podendo contribuir para o debate público que se pretende promover.

O papel da floresta e da madeira na promoção do desenvolvimento rural, na redução da pobreza e no combate às alterações climáticas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: E. K. Sadanandan Nambiar

PUBLICAÇÃO: *Australian Forestry*, Vol.78, No.2, p.55-64

TÍTULO: Forestry for rural development, poverty reduction and climate change mitigation: we can help more with wood

RESUMO DO DOCUMENTO:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00049158.2015.1050776?journalCode=tfor20>

IDIOMA: Inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 10

DATA DA EDIÇÃO: 2015

Este é um trabalho muito interessante para dar uma perspetiva evolutiva do papel das florestas nas sociedades, enquadrando as suas funções nas dinâmicas sociais. Casos concretos de diversos países são citados, sendo deixadas pistas para reflexões futuras à escala global.

Assim, na “Introdução”, refere-se ser este artigo uma versão atualizada de uma apresentação feita numa conferência na Austrália, demonstrativa do interesse daquele país por todos os trabalhos na área florestal.

Na secção seguinte, “Pessoas e florestas”, o autor dá-nos uma perspetiva do papel da floresta no mundo, centrando-se sobretudo nos casos dos países menos desenvolvidos e de alguns países anglo-saxónicos, resultado de a comunicação ter sido apresentada na Austrália. Alguns números são muito significativos, como por exemplo o facto de no mundo 2,4 mil milhões de pessoas ainda cozinharem com lenha das florestas, apesar dos prejuízos que isso representa para a saúde de cerca de 1,4 milhões de habitantes todos os anos.

Desta forma, os países em vias de desenvolvimento encaram a complexa tarefa do crescimento económico e da redução da pobreza, enquanto, em resposta igualmente a pressões externas, têm de reduzir emissões para mitigar as alterações climáticas. São referidas algumas opiniões de que deveria existir algum grau de paridade nas emissões *per capita* entre países ricos e pobres.

Situações de conflito na Austrália são descritas como o resultado de um inadequado reconhecimento de que as múltiplas funções da floresta podem ser mais bem realizadas através de uma gestão que mantenha os valores ecológicos e permita à sociedade obter rendimentos sustentáveis, ao contrário do que acontecia no passado, em que o foco era o fornecimento a longo prazo de madeira para a indústria, sem olhar para os custos ambientais.

Nos dois tópicos seguintes “As florestas como recursos naturais” e “Dependência da floresta e pobreza rural”, o autor completa o diagnóstico em que assenta as suas conclusões, realçando o difícil papel dos valores coletivos da terra, quando cada unidade individual tenta alcançar objetivos

específicos, como seja maximizar a produção de alimentos nas explorações ou conservar a biodiversidade das florestas.

A enorme dependência da floresta por parte de populações que ganham em média de 1 a 2 dólares por dia (400 a 500 milhões de pessoas) transforma a floresta numa espécie de “armadilha de pobreza” para essas comunidades esquecidas, colocando a muitas famílias a opção inevitável do seu abandono em troca de destinos incertos e frequentemente perigosos.

Seguidamente, sob o tema de “Florestas e crescimento económico”, o autor salienta o papel das florestas não produtoras de madeira, apontando as suas inúmeras utilizações, em tendência crescente, tais como plantas medicinais, cosmética, indústria farmacêutica, etc., bem como os serviços ambientais gerados pela floresta, sobretudo relativos à água, biodiversidade e carbono. No âmbito do REDD+, um instrumento de incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a questão de atribuir valores a parâmetros como a biodiversidade e a água coloca dificuldades e desafios para o futuro.

“O que podem oferecer a floresta e a produção de madeira?” é o sugestivo título seguinte, onde se fala do papel das indústrias do setor privado, referindo que pequenos e médios empresários florestais podem gerar soluções sustentáveis e economicamente relevantes. Exemplos da China, Vietname e Índia são apontados, bem como outros exemplos de empresas de pequena escala (na Indonésia, como exemplo), lembrando ainda que, apesar das oportunidades, muitos terrenos continuam por cultivar por diversos motivos, podendo ter aproveitamento com todas as vantagens daí decorrentes.

Por último, “Produção de madeira e mitigação das alterações climáticas” conclui este artigo com referências ao papel da desflorestação e dos seus impactos, desenvolvendo o tema da dificuldade de se aceitarem como “verdes” os produtos florestais. Os materiais de construção mais utilizados, como o cimento e o alumínio, têm pegadas 2 a 12 vezes superiores aos materiais em madeira que os podem substituir, com durações semelhantes que podem ainda ser aumentadas por meio de avanços tecnológicos associados.

Em conclusão, o autor sublinha que é difícil sustentar que duas décadas de esforços em matéria de produtos florestais não madeireiros e de pagamento de serviços de ecossistema tenham contribuído para uma significativa melhoria da vida das comunidades que dependem da floresta, de forma a permitir-lhes sair da pobreza. Há pois espaço para que o setor florestal privado trabalhando em conjunto com os governos no setor madeireiro obtenha maiores contributos para a sociedade, sendo importante criar uma nova narrativa sobre a importância das florestas para a população e trazê-la para a discussão no seio das Nações Unidas.

O barril de pólvora do Noroeste

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Lourdes Hernández

EDITOR: World Wide Fund (WWF) Espanha e Associação Natureza Portugal (ANP)/WWF Portugal

TÍTULO: O barril de pólvora do Noroeste – Proposta ibérica para a prevenção de incêndios

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/relatorio_anpwwf_o_barril_de_polvora_do_noroeste_2018.pdf

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 24

DATA DA EDIÇÃO: julho de 2018

Este relatório de 2018 do WWF Espanha e Portugal e da ANP refere que os incêndios florestais se tornaram, em todo o mundo, um desafio ambiental e económico cada vez mais importante, deixando de ser um problema apenas florestal ou rural, para se tornarem também uma verdadeira emergência social. Como exemplo, refere os incêndios catastróficos que ocorreram em 2017 em Portugal e Espanha, Califórnia, Canadá, Chile e Austrália, dos quais resultaram inúmeros mortos e feridos, evacuações em massa e danos materiais e ambientais não quantificáveis.

Os motivos apontados para a existência de grandes incêndios no Sul da Europa são as alterações climáticas, o despovoamento rural e o abandono dos usos da terra, a falta de gestão florestal, a existência de modelos de planeamento desajustados e uma cultura de fogo errada mas profundamente enraizada.

A ocorrência de incêndios na Península Ibérica não é uma novidade. O que é novo é a ocorrência de grandes incêndios fora da época de alto risco, com um comportamento explosivo, que se propagam a grande velocidade e são impossíveis de combater.

No caso particular do Noroeste da Península Ibérica, em que todos os anos se verifica uma elevada taxa de ignições, muitas vezes com origem em comportamentos negligentes, em parte devidos a conflitos sociais e económicos, acrescem como fator de risco as condições bioclimáticas, que promovem um crescimento rápido da vegetação, conduzindo à existência de muita matéria combustível que pode ajudar à propagação fácil dos incêndios. Se a tudo isto se juntar a existência de períodos de seca, que por vezes se conjugam com ventos secos e fortes, estão reunidas as condições que levam a que o relatório considere esta região como um “barril de pólvora”.

Segundo o relatório, a resposta não passa pelo investimento em dispositivos de extinção, mas deve ser tratada de forma coordenada entre Portugal e Espanha e passa pela revitalização do território, através de políticas de desenvolvimento das áreas rurais que fixem a população e criem emprego, “com o objetivo de criar florestas e paisagens mais resistentes às alterações climáticas e ao fogo.”

O relatório aponta Portugal como o país europeu mais afetado por incêndios, já que apresenta a maior taxa de ocorrências por área e foi onde ocorreram os incêndios de maior dimensão. É

também o primeiro país europeu, e o quarto do mundo, com maior massa florestal perdida até ao momento no século XXI. Para além dos problemas estruturais apontados para todo o Noroeste ibérico, no caso de Portugal, a ausência de uma estrutura profissional e especializada na prevenção e extinção dos incêndios é outro dos fatores apontados como responsável por estes resultados.

O relatório do WWF/ANP analisa ainda os incêndios de Pedrogão Grande e de outubro de 2017 e aponta como resposta a prevenção. Mais do que apostar em sistemas de extinção, que são obviamente importantes, mas que por si sós não resolvem o problema a médio e longo prazo, é preciso dar *“um futuro económico, ambiental e demográfico às áreas que ardem já há vários anos”*. Assim, *“a estratégia de combate a incêndios deve abordar as causas e comprometer-se com a prevenção real: reduzir a alta taxa de acidentes, tornar o território menos inflamável e mais resiliente às alterações climáticas, realizar planeamento territorial, designar usos, intervir em propriedades abandonadas, implementar políticas fiscais para incentivar usos compatíveis com a conservação da natureza, desenvolver políticas de desenvolvimento rural que estabeleçam população e criem emprego, e apostem no gado extensivo.”*

E há que combater os mitos, alerta ainda o relatório: terrorismo incendiário, incêndios provocados para urbanizar e o eucalipto são três justificações com pouca ou nenhuma fundamentação que se propagam rapidamente para explicar o fogo.

Em relação ao eucalipto, o relatório explica que a inflamabilidade de uma massa florestal não depende da espécie, mas da sua estrutura (quantidade e forma como a biomassa disponível é organizada), ou seja, é uma consequência direta da gestão da floresta. Uma plantação de eucaliptos em produção não é tão inflamável quanto uma plantação abandonada. Em vez de culpar o eucalipto, o debate deve focar-se em onde vamos permitir que existam eucaliptos e como devem ser geridos para não colocar em risco ecossistemas ou populações. E defende ainda que a existência de plantações de eucalipto abandonadas, em parcelas que os próprios donos nem sequer sabem que são suas, é um absurdo económico e ambiental, cabendo às administrações intervir com urgência na deteção destas parcelas e na atribuição de novos usos para diversificar a paisagem.

O WWF/ANP considera que os incêndios do futuro não têm de implicar um perigo extremo para as populações e os ecossistemas. É necessário minimizar a inflamabilidade do território e para isso deve existir uma estratégia Ibérica para prevenção de incêndios, que aborde aspetos como: identificar, caraterizar e mapear as áreas de alto risco de incêndio; planear à escala da paisagem; conhecer, ordenar e limitar o uso do eucalipto, intervindo nas áreas abandonadas; promover programas de incentivo à plantação de folhosas; promover o agrupamento de proprietários e equipá-los com capacidade técnica que incentive uma gestão florestal coletiva; revitalizar o meio rural, para evitar o seu abandono.

Conhecer as causas e motivações por trás dos incêndios, penalizar quem os provoca e atuar ao nível da prevenção social são outras das medidas que as autoridades devem adotar, não deixando o relatório de referir que também as populações devem assumir a responsabilidade associada a viver na floresta, cumprindo os regulamentos e sabendo como agir em caso de incêndio.

Manifesto por uma Floresta não Discriminada

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

AUTOR: Vários

TÍTULO: O bode expiatório - Manifesto por uma floresta não discriminada: duas páginas de factos sobre a floresta que vale a pena ler

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO:

https://ecoonline.s3.amazonaws.com/uploads/2018/11/13112018_anuncio-de-imprensa_projecto-eucalipto-v8.pdf (publicado em diversos meios de comunicação social)

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 3

DATA DA EDIÇÃO: 13 de novembro de 2018

Mais de cem entidades e personalidades de alguma forma envolvidas na gestão florestal, ligadas à academia, à indústria, ao poder local, à produção ou na sua qualidade de antigos governantes ou outras personalidades públicas, decidiram lançar um Manifesto, onde dão conta da sua preocupação relativa “à multiplicação em diferentes meios de comunicação social de alusões pouco rigorosas, ou mesmo manifestamente incorretas, sobre a gestão da floresta e as causas dos incêndios em Portugal”.

O Manifesto começa por apontar o que considera serem “I. As verdadeiras causas dos incêndios” que estarão “essencialmente na excessiva carga de biomassa no terreno, em resultado do reduzidíssimo nível de gestão da floresta e do excesso de matos e de incultos no território português”, referindo ainda a crescente urbanização e desertificação do país, “o deficiente ordenamento do território, a estrutura fragmentada da propriedade, o desinvestimento do Estado na gestão dos espaços florestais públicos, as características do clima, condições meteorológicas e fenómenos atmosféricos extremos”.

Aborda, em seguida, um tema que tem estado recentemente em debate na comunicação social, “II. A questão da regeneração natural do eucalipto”, explicando que “como a grande maioria das plantas, o eucalipto tem a capacidade de se multiplicar pelas sementes que produz”, mas “não é considerado espécie invasora”. “Concordando-se com o controlo dos eucaliptos nascidos por regeneração seminal no âmbito das práticas de gestão florestal, não se pode aceitar a desinformação que tem vindo a público a este propósito.”

O terceiro e último ponto fala da “III. Importância do eucalipto para as regiões, para as populações rurais e para a economia”: “As fileiras que utilizam produtos de base florestal como fonte de matéria-prima são responsáveis por 2% do PIB e 9% das exportações do País, asseguram cerca de 100 000 empregos diretos e indiretos e envolvem mais de 400 000 proprietários florestais, numa atividade que contribui para o desenvolvimento de todo o País, de norte a sul, no litoral e no interior.” O documento conclui com a afirmação de que “o esclarecimento é a melhor forma de se contribuir para a valorização da nossa floresta, com pleno respeito pelos valores sociais, económicos e ambientais que lhe estão associados”.